

Retórica não muda ação dos EUA

Do enviado especial

Nova Iorque — O eventual aumento dos empréstimos do Banco Mundial aos países devedores, que está sendo estudado pelo Governo americano com uma resposta às críticas recebidas na Organização das Nações Unidas, não representa nenhum "sinal significativo" de que a administração Ronald Reagan esteja disposta a abandonar a tradicional posição ortodoxa de renegociação das dívidas externas em bases técnicas e sob supervisão do Fundo Monetário Internacional, de acordo com a avaliação feita ontem pelo ministro Olavo Setúbal, das Relações Exteriores, antes de participar do encontro entre o presidente José Sarney e o secretário de Estado norte-americano, George Shultz.

"Na verdade, ainda não apareceu nada de concreto", — reagiu o chanceler, ao ser indagado sobre o plano americano para aumentar os créditos de longo prazo e as garantias do Banco Mundial aos países devedores. "Pelo contrário, a nota emitida pelos ministros das Finanças dos cinco países ricos, após a reunião de domingo, e o discurso do presidente Reagan, no dia seguinte, reafirmam com toda a clareza a posição tradicional dos desenvolvidos, baseada na declaração de Bonn feita no ano passado. Disse que não recebeu nenhuma informação oficial sobre o plano, embora saiba das notícias através da embajada brasileira em Washington.

Admitiu que o Governo americano possa estar reavaliando sua estratégia, in-

clusive porque as questões financeiras e relativas ao comércio internacional têm sido a preocupação dominante esta semana, não apenas entre os devedores latino-americanos mas também por parte dos países ricos. "Eu imagino que possa estar havendo reavaliação do papel do Banco Mundial, mas seria apenas uma questão de aumentar talvez a presença desta instituição do Terceiro Mundo e não de mudança política" — observou o chanceler, acrescentando que algum aumento dos empréstimos não atende a proposta do presidente José Sarney para a rediscussão política do endividamento.

"Isso não significaria qualquer mudança conceitual, porque a nota dos ministros do grupo dos cinco e depois o discurso do presidente norte-americano estão reafirmando a posição anterior", afirmou. Em sua opinião, o ponto a ser destacado nos últimos dias, quando as atenções internacionais se concentram na abertura da assembléia da ONU, é a existência de unanimidade em torno da importância dos problemas econômicos no contexto internacional do momento. "Em política externa, não é só para o Brasil que o problema econômico passou a ser prioritário, pois isso acontece também a nível mundial", disse Setúbal, ao avaliar os pronunciamentos de ministros e chefes de Estado.

"A semana foi extremamente cheia de acontecimentos importantes, como a posição do governo americano expressa pelo presidente Reagan na questão do comércio exterior e na

área financeira, a reunião do grupo dos cinco países ricos para definir a desvalorização do dólar e o discurso do secretário de Estado George Shultz, na ONU, do lado dos países desenvolvidos", avaliou o chanceler. Ele acha que a atenção da imprensa norte-americana ficou centrada nestes eventos, o que explicaria o espaço relativamente pequeno concedido ao pronunciamento do presidente José Sarney.

Olavo Setúbal acredita que o discurso de Sarney "teve mais destaque na imprensa americana, pelo seu equilíbrio e por sua posição objetiva", ao propor a rediscussão política do endividamento latino-americano. "O discurso do presidente Allan García foi uma declaração de guerra, enquanto a fala do presidente José Sarney foi um apelo à negociação", disse ontem o Brazilianist Rordan Roett, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade John Hopkins, de Washington, ao sair do almoço que o Presidente brasileiro ofereceu a um grupo de intelectuais especialistas no Brasil.

"Se o presidente dos Estados Unidos está assumindo pessoalmente as decisões sobre estes problemas, nós temos que preparar-nos para esse problema", disse o ministro, antecipando as difíceis negociações na defesa dos mercados brasileiros.

"A linha do Governo brasileiro não pode ser a do Itamarati, do Banco Central, do ministro da Indústria e do Comércio. Tem que ser a linha unificada, coerente, determinada pelo Presidente da República", afirmou o chanceler.